



O Social em Questão

ISSN: 1415-1804

ISSN: 2238-9091

osq@puc-rio.br

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Brasil

Bastos, Valéria Pereira; Ermel, Luiza Helena Nunes; Fonseca, Denise Pini Rosalem da
O Departamento de Serviço Social e a questão socioambiental na Pontifícia Universidade
Católica do Rio de Janeiro (PUC- Rio): gênese, desenvolvimento e perspectivas
O Social em Questão, vol. 1, núm. 54, Esp., 2022, Septiembre-Diciembre, pp. 77-110
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Rio De Janeiro, Brasil

Disponibile en: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552271972004>

- Cómo citar el artículo
- Número completo
- Más información del artículo
- Página de la revista en redalyc.org

redalyc.org

Sistema de Información Científica Redalyc

Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal
Proyecto académico sin fines de lucro, desarrollado bajo la iniciativa de acceso
abierto

O Departamento de Serviço Social e a questão socioambiental na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC- Rio): gênese, desenvolvimento e perspectivas

Valéria Pereira Bastos¹

Luiza Helena Nunes Ermel²

Denise Pini Rosalem da Fonseca³

Resumo

Este artigo compõe a edição especial do periódico O Social em Questão nº 54 em comemoração aos 85 anos do Departamento de Serviço Social – DSS e dos 50 anos do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – PPGSS da PUC-Rio. Tem como finalidade retratar a trajetória das ações desenvolvidas pelo Departamento, como no PPGSS a respeito da discussão socioambiental em função da trajetória que marca não somente as ações internas do DSS, mas também da Universidade, considerando que o Departamento, em muito contribuiu para as primeiras ações ambientais no contexto universitário e comunitário, articulados com outros Departamentos nas ações interdisciplinares, e no seu desdobramento estruturou a linha de pesquisa denominada, inicialmente, Questões socioambientais, estudos culturais e desenvolvimento sustentável e no decorrer dos anos, com a revisão curricular em 2010, passou a ser denominada: Questões Socioambientais, Urbanas e Formas de Resistência Social.

Palavras-chave

Questão Socioambiental; Questão Urbana; Resistência Social; Desenvolvimento Sustentável

The Social Work Department and the socio-environmental issue at PUC- Rio: genesis, development and perspectives.

Abstract

This article is part of the special edition of the journal O Social em Questão nº 54 in celebration of the 85th anniversary of the Department of Social Service – DSS and the 50th anniversary of the Postgraduate Program in Social Work – PPGSS at PUC-Rio. Its purpose is to portray the trajectory of the actions developed, by the Department as in the PPGSS regarding the socio-environmental discussion in function of the trajectory that marks not only the internal actions of the DSS, but also of the University, considering that the Department, greatly contributed to the first environmental actions in the university and community context, articulated with other Departments in interdisciplinary actions, and in its unfolding structured

the line of research called, initially, Cultural Studies, Sustainable Development and Environment and over the years, with the curricular review in 2010, was renamed: Socio-environmental, Urban Issues and Forms of Social Resistance.

Keywords

Socio-environmental issue; Urban Issue; Social Resistance; Sustainable development

igo recebido em maio de 2022

Artigo aprovado em junho de 2022

Introdução

Consideramos relevante salientar que o movimento ambientalista emerge na década de 1960 e ganha como marco institucional a introdução do debate na década de 1970, momento em que emergiram inúmeras indagações por parte dos cidadãos a respeito do futuro do planeta. E é importante ressaltar que para além do debate ambiental, propriamente dito, as indagações efetivadas também questionavam a sociedade daquela época, levantando as contradições e formas de sociabilidades. Portanto, os debates voltados para questão ambiental, tornaram-se presentes na pauta pública, considerando que passou a ser um ponto integrante da composição do cardápio das políticas públicas.

Outro aspecto importante que atravessava o debate ambiental, tendo como referência um novo campo de atuação, era a perspectiva do avanço tecnológico, pois a necessidade do aumento e avanço do capital na diversificação das atividades econômico-industriais, produziram uma avalanche de ações. Isso porque, se, por um lado, a utilização da tecnologia funcionava como elemento facilitador da vida dentro do sistema capitalista, por outro, trazia uma série de desafios, fazendo emergir na cena pública a chamada questão ambiental e suas consequências.

As Mudanças nos processos produtivos como a criação e a manipulação de produtos químicos perigosos, o desmatamento e a erosão provocados pela intensa exploração dos recursos naturais, o aumento exacerbado do consumo, motivador da utilização de tecnologias, o

avanço da poluição a níveis antes impensados; foram alguns dos elementos que passaram a fazer parte das pautas de denúncias.

Sendo assim, a ONU na perspectiva de envolver as nações signatárias no debate, tratou de promover a realização de grandes eventos, perfazendo um total de quatro grandes encontros internacionais desde a Conferência de Estocolmo 1972, passando pela Rio Eco-92, Johannesburgo 2002, até Rio + 20, em 2012, com a perspectiva de construir uma nova ordem ambiental internacional que tivesse a capacidade e o alcance para garantir o desenvolvimento das atividades econômicas e o respeito pelos valores ambientais em uma sociedade cada vez mais globalizada, e de caminhar no sentido de diminuir as desigualdades entre as populações mais ricas e as mais pobres.

Nesse sentido, as universidades não poderiam ficar de fora do processo, tanto da construção de pilares sustentáveis na garantia da formação crítica, assim como nas ações de cunho interdisciplinar, na busca por formar profissionais dotados do saber técnico e conscientes da importância da preservação ambiental, em plenas condições de promoverem o debate crítico, sustentado teórica e metodologicamente em práticas que permitissem estar na vanguarda do debate ambiental. E o Departamento de Serviço Social na PUC-Rio em muito contribuiu para a estruturação e realização de projetos intra e extramuros a universidade, na garantia da especialização dos docentes, da formação de excelência dos discentes, assim como nas ações extensionistas realizadas em diversos contextos comunitários, sejam nas favelas, com catadores de materiais recicláveis, em áreas rurais, enfim territórios que necessitaram de intervenção e transformação da realidade na busca de novas práticas sustentáveis.

O Serviço Social e a questão ambiental: as primeiras iniciativas na Universidade

Desde a criação da Escola de Serviço Social da PUC-Rio, em 1937, existe uma prática ininterrupta de diálogo com o tema “Fave-

la”, seja, como objeto de estudo (pesquisa), intervenção (extensão) ou formação profissional (disciplinas e campo de estágio). Dentre os professores mais assíduos a trabalhar com a temática, podemos citar: Balbina Ottoni Vieira⁴, Josephina Albano⁵, Ana Augusta de Almeida⁶, – Ilda Lopes Rodrigues da Silva⁷. Sendo dada continuidade ao trabalho na área temática pela Professora Luiza Helena Nunes Ermel, enquanto professora do Departamento Serviço Social da PUC-Rio (1978 - 2015).

A Professora Josephina Albano merece destaque nesta trajetória, pois além de ser Assistente Social, também era Geógrafa e Historiadora. E pela relevância do seu trabalho, em várias regiões do Brasil, foi convidada, no pós-guerra, a integrar a equipe multidisciplinar da Organização das Nações Unidas, ONU, sediada nos Estados Unidos da América, para realizar projetos em favelas nos países da América Latina e Ásia, utilizando a metodologia de “Organização de Comunidade” e “Desenvolvimento de Comunidade”.

Decorridos alguns anos, o trabalho do Departamento de Serviço Social foi e vem sendo marcado pelo desenvolvimento de diversos projetos exitosos, o que ganhou intensificação a partir da promulgação da Constituição Federal, de 1988; da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, em 1989 e, da instituição do Plano Diretor do Município do Rio de Janeiro, em 1990; pois houve uma mudança radical, política, na forma de enxergar a favela, passando a ter existência legal e formal na cidade, assim como seus moradores que passaram a ser reconhecidos como cidadãos, sujeitos de direitos.

A favela, na nova carta, passou a ser considerada “Área de Especial Interesse Social”, e essa conquista, embora tenha sido fruto das lutas dos moradores, era uma realidade desconhecida para técnicos, moradores e, para os governos municipal, estadual e federal, exatamente por tudo de novo que foi criado, considerando que, até então, os moradores de favelas não tinham assegurados serviços básicos necessários ao seu bem-estar, pelo Poder Público, pois sempre esti-

veram abandonados à própria sorte, tendo que criar mecanismos de sobrevivência para obtenção de bens e serviços.

Paralelamente as conquistas políticas, fruto do processo de democratização do país, no Brasil o movimento ambientalista se fortalecia e, em especial, ganhava relevância, devido a mobilização nacional com vista a realização, na cidade do Rio de Janeiro, da Conferência Mundial de Meio Ambiente, ECO-92 e, ao incentivo dado pelas instituições de fomento, público ou privadas, nacionais e internacionais, a projetos de cunho socioambiental com vista a sustentabilidade do planeta, e as ações de cunho ambiental nas favelas também ganharam relevância.

Dentro desse novo contexto, em 1991, novos projetos foram realizados pelo DSS em parceria com a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, técnicos em pesquisa do Instituto Pereira Passos – IPP e recebeu o financiamento da Fundação Holandesa Benevolentia, que foi coordenado pela professora Luiza Helena Nunes Ermel e como assistente da pesquisa, a professora Rosa Irene Vera Fernandes, dentre eles estavam os seguintes projetos: **“A favela e o lixo, uma questão de saúde, e sobrevivência da população”**. Que tinha como objetivo: “diagnosticar a situação do lixo e suas interfaces com a saúde, urbanização e meio ambiente, na Favela da Fé, no Complexo do Alemão, na cidade do Rio de Janeiro, com a finalidade de subsidiar organizações sociais representativas dos moradores de favelas, e o poder executivo, na formulação e implementação de políticas públicas referente ao tema. Integrantes do projeto: Departamento de Serviço Social da PUC-Rio, Luiza Helena Nunes Ermel e Rosa Irene Vera Fernandes; Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, técnicos em pesquisa do Instituto Pereira Passos – IPP.

Pelos dados obtidos não se conseguiu dimensionar quantitativamente e qualitativamente, a gravidade do problema gerado pela falta de recolhimento do lixo. Constatamos apenas, que em 1991, só 21 favelas da cidade do Rio de Janeiro contavam com programa de recolhimento de lixo, a saber: Rocinha, Vidigal, Cantagalo, Pavão- Pavão-

zinho, Guararapes, Dona Marta, São Carlos, Mangueira, Formiga, Borel, Chacrinha, Macaco, João Paulo II, Nova Divinéia, Jamelão, Parque Vila Isabel, Andaraí, Jacarezinho, Vila Paciência, JK e Antares.

Objetivando ampliar a investigação e obter maiores dados a respeito da temática de resíduos sólidos nas favelas, a BENEVOLENTIA decidiu em 1992, financiar em um novo projeto de pesquisa, sobre o tema: **“Vidas em Risco”** (1992/93/94), com os seguintes subprojetos: **“Vidas em Risco, o Direito do Cidadão, Morador da Favela, ao Recolhimento de Lixo”**; **“Vidas em Risco: o Lixo, a Favela e a Cidade.”** Esse projeto e seus desdobramentos por ser de natureza complexa, exigiu o envolvimento de uma equipe interdisciplinar e interdepartamental da PUC-Rio, além de ações interinstitucionais, portanto envolveu professores, alunos e profissionais da PUC-Rio: Departamento de Serviço Social (Luiza Helena Nunes Ermel, Rosa Irene Vera Fernandes, técnicos, Assistentes Sociais, estagiários e bolsistas CNPq; Departamento de Engenharia Civil (Professor Tácio Mauro Pereira de Campos, aluno bolsista do CNPq Eduardo Álvares Moreira); e Departamento de Direito/ Escritório Modelo, aluno bolsista CNPq Leonardo Grandemassone Ferreira Chaves. Fundação Centro de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião, representante de oito favelas vinculadas ao projeto “União e Lazer”, (Matinha, Sumaré, Vila Aliança, Pedreira, Rocinha, Santa Marta, Mangueira/Botafogo, e Candelária no Complexo da Mangueira.

O objetivo era estudar, nessas favelas, a situação do lixo, e o direito do morador ao seu recolhimento. A finalidade foi produzir dados que possibilitassem a formulação de política pública de recolhimento de lixo em favela e, a melhoria de qualidade de vida dos moradores. Como resultado, o projeto forneceu elementos para aprofundamento do conceito de “Solo Antrópico” (solo construído pelo homem), solo formado por grande quantidade de lixo depositado em um mesmo local por muito tempo, “Lixo Histórico” vulgarmente conhecido como “Lixão”, existente tanto nas favelas planas, quanto nas favelas de encosta. O deslizamento desses Lixões foi responsável pelos acidentes

nas Favelas Pavão-Pavãozinho (dezembro de 1983 e dezembro de 1984); Formiga (março de 1985 fevereiro de 1988); Morro dos Macacos (setembro de 1986) e Rocinha (setembro de 1986).

Dentre os dados construídos pela pesquisa, em 1992, tendo por base informações do Instituto Pereira Passos e da Companhia Municipal de Limpeza Urbana (COMLURB) temos: 1.052.956 pessoas residentes em favelas na cidade do Rio de Janeiro; essas pessoas produziam 1.295 ton./lixo/dia; 38.850 ton./lixo/mês; 465.800 ton./lixo/ano. Todo esse lixo não era recolhido e, tinha como destino rios, córregos da cidade, encostas e valas. O resultado desta pesquisa gerou um impacto quer nos moradores de favelas, que não tinham noção do tamanho do problema, quanto no poder público. A equipe do projeto em 1995 foi convidada a fazer uma apresentação na Câmara dos Vereadores da cidade, levando informação dos dados, até então desconhecidos pelos parlamentares.

Em 1993, se fez imperativo a criação do **Núcleo de Estudos de Exclusão Social**, para que nele as professoras Luiza Helena Nunes Ermel e Rosa Irene Vera Fernandes, pudessem agrupar a grande diversidade de projetos interdisciplinares de ensino, pesquisa e extensão em que trabalhavam. E as ações passaram a ser integradas, entre Universidades, Departamentos da mesma Universidade, Empresas, Organizações Comunitárias, Organizações Não Governamentais, Órgãos Públicos, Agências de Financiamento, Nacionais e Internacionais.

Os projetos desenvolvidos eram voltados para a melhoria de qualidade de vida da população excluída da sociedade, e o campo de atuação era precisamente, os Municípios da Baixada Fluminense e Rio de Janeiro, a proposta de trabalho era voltada para atuação nas questões ambientais, gestão coletiva de projetos comunitários e processos de formação de cooperativas de produção, propondo orientação a respeito da organização e fortalecimento de laços associativos, visando capacitar a população para o exercício da cidadania. Em termos de atuação e participação o projeto contava com: *agentes comunitários, pesquisadores, profissionais e alunos de di-*

versas áreas, diferentes nacionalidades e com diferentes titulações. Os relatórios destes projetos, além de apresentarem os resultados, se tornaram instrumentos que subsidiaram tomadas de decisões do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário no processo de formulação de políticas públicas da época.

Considerando a expertise da PUC-Rio, nas pesquisas sobre lixo em favela, a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, por meio da COMLURB, convidou a Universidade, por intermédio do Departamento de Serviço Social, a estabelecer um Convênio de Cooperação Técnico Científico, para desenvolver Projeto Piloto de Recolhimento de Lixo em Favela, e Projeto Piloto de Reciclagem de Lixo em bairros do centro urbano da cidade, nos anos de 1996/98.

1º Projeto - Favela Limpa: Suporte Gerencial Administrativo e de Educação Ambiental do Programa para o Desenvolvimento de Ações de Limpeza Urbana dos Complexos de Favela da Cidade do Rio de Janeiro, localizados em área de encosta (Rocinha, Vidigal, Guararapes, São Carlos, Turano, Salgueiro, Mangueira, Macaco, Grajaú-Jacarepaguá, Alemão); em área plana (Vigário Geral, Parada de Lucas, Jacarezinho, Rio das Pedras).

Por ser um Projeto Piloto, experimental, os critérios de escolha dos Complexos de Favela, foi realizado pela COMLURB que indicou outros itens que são: favelas em encosta (fenômeno de deslizamento), favelas planas (fenômeno em enchente), em diferentes bairros da cidade; onde houvesse uma Associação de Moradores apta a contratar Trabalhadores Comunitários, obrigatoriamente morador do local e, a fazer gestão local do projeto, e bairro onde a COMLURB tivesse uma agência com técnicos capazes de supervisionar projeto em favelas, pois, até então, ela só fazia recolhimento de lixo em áreas urbanizadas da cidade.

Cabia a COMLURB: criar Projeto de Recolhimento de Lixo específico para cada favela, desenvolvendo novos equipamentos, estabelecendo circuitos por onde os trabalhadores comunitários deveriam passar e,

pontos fixos de despejo de lixo (local e de fácil acesso) para que o caminhão da COMLURB pudesse recolher.

A PUC-Rio foi responsável por desenvolver projeto de Educação Ambiental com moradores, capacitar membros da Associação de Moradores (Diretoria e trabalhadores comunitários), para fazer a gestão do projeto. Desenvolver pesquisa sobre o tema, capacitar alunos, fazer relatório mensal, monitoramento e avaliação do trabalho, em conjunto com a Associação de Moradores e COMLURB. Fazer eventos e material de divulgação do projeto. Participaram do projeto 8 professores, 32 alunos e 13 profissionais das áreas: Serviço Social, Engenharia Civil, Direito, Administração, Artes, Comunicação Social, Educação Ambiental, Ciências Sociais, Teologia e Informática. As Associações de Moradores contrataram 32 gestores e 649 trabalhadores comunitários. O projeto atendeu a 335.801 moradores de favela.

2º Projeto - Gerenciamento de Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis do Município do Rio de Janeiro.

O projeto teve como objetivos: identificar, documentar e organizar catadores de materiais recicláveis em cooperativas; legalizar 12 cooperativas; implantar gestão administrativa, socioambiental, jurídico-contábil; desenvolver sistema de controle e avaliação de produção qualitativa e quantitativa. A realização do projeto teve a participação da COMLURB, responsável por assessorar e supervisionar todo o projeto, uma vez que é responsável pela política pública de limpeza urbana do município do Rio de Janeiro.

A PUC-Rio foi responsável pelo cumprimento de todos os objetivos do projeto. Para isso, contou com a participação de 5 professores dos Departamentos: Serviço Social, Direito, Administração e Pedagogia (Educação Ambiental). Foram contratados 13 profissionais e, 39 alunos bolsistas de iniciação científica dos departamentos: Serviço Social, Administração, Economia, Direito, Comunicação Social, Artes, Informática, Ciências Sociais, Teologia, Engenharia Civil. O projeto cumpriu todos os objetivos previstos, legalizando as cooperativas: Vargem Pe-

quena, Barra da Tijuca, Ipanema, Humaitá, Laranjeiras, Castelo, Praça 15, Estácio, Francisco Bicalho, Tijuca, Vila Isabel e Sampaio.

Além desses projetos de recolhimento e reciclagem de lixo, foi realizado também um de reaproveitamento *de lixo*; “Construção de Muro de Contenção de Encostas com *Tira de Pneus Usados na Favela (Rio das Pedras 1995/1998)*).

Era um projeto que visava trabalhar nos três eixos da formação acadêmica: ensino, pesquisa e extensão, e ainda buscava uma prática que permitisse a perspectiva interdisciplinar e interinstitucional, tendo como eixo central a possibilidade de receber transferência de tecnologia do Canadá (Universidade de Ottawa) para o Brasil (PUC-Rio/Departamento de Engenharia Civil e Serviço Social); com a participação da GEO-Rio (Prefeitura do Município do Rio de Janeiro) e, Associação dos Moradores do Rio das Pedras, com o financiamento do International Development Research Center, IRDC, e do CNPq.

O projeto realizado pela equipe social tinha como objetivo: articular o significado do espaço de moradia, a partir do registro sobre a melhoria das habitações, considerando a confiabilidade da nova tecnologia que utiliza pneus usados para contenção de encostas em área de risco e de desmoronamento. O projeto foi desenvolvido sob a coordenação do Professor Luciano Medeiros (Engenharia Civil), e Vinod K. Garga, Universidade de Ottawa.

Conforme o conceito expresso em 2001, na proposta do Curso de Doutorado em Serviço Social da PUC-Rio, a noção de sustentabilidade implicava na relação entre justiça social e qualidade de vida; equilíbrio ambiental e necessidade de desenvolvimento. Desenvolvimento este que deve ser equitativo, economicamente eficiente e, politicamente viável. O que implicava em novas formas de regulação democrática, sendo a gestão participativa e a educação elementos chaves do processo... Na medida que o envolvimento da população se faz, existirá elevação do nível de consciência ambiental, assim como, a identificação e controle dos agentes responsáveis pela degradação socioambiental.

Os desdobramentos do debate ambiental no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social: as primeiras pesquisas

Ao final de 2001 o Departamento de Serviço Social da PUC-Rio desenhava uma proposta acadêmica, que seria encaminhada para a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para a formalização do Programa de Doutorado em Serviço Social da PUC-Rio.

Internacionalmente, os governos nacionais e suas agências de fomento; os institutos de pesquisa; as organizações da sociedade civil, e as próprias universidades, estavam em pleno processo de preparação para a realização da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas – a Rio+10 – que ocorreria em Johannesburg, entre agosto e setembro de 2002.

A Agenda 21 Brasileira⁸ encontrava-se em fase final de elaboração para ser apresentada pelo governo brasileiro à comunidade internacional no âmbito da Conferência e iniciar sua implementação a partir de 2003. O Capítulo 5, que tratava da “Redução das Desigualdades Sociais” apontava para as relações desiguais sistêmicas presentes na sociedade brasileiras: a pobreza e a fome, o acesso à terra, o racismo e o sexismo. Esses temas apareceram no texto da Agenda como uma consequência natural do próprio processo de consultas públicas – realizado entre 1996 e 2000 – para a confecção do texto base.

A Agenda 21, resultado fundamental da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, cristalizou a essência do conceito de desenvolvimento sustentável, **combinando ao mesmo tempo pragmatismo e utopia**. Trata-se, portanto, de um referencial contemporâneo, **com o objetivo de reduzir as desigualdades sociais**, passando a dialogar numa via de mão dupla, constatando que **a relação humana com o meio ambiente chegou a um ponto de estrangulamento que exige repensar valores, práticas e políticas e a conformação de um novo paradigma**, o qual, por sua vez, não comporta os níveis de desigualdades atuais (Agenda 21, *online*) [Grifos Nossos].

Desde 1999 a PUC-Rio contava com a existência do Núcleo Interdisciplinar de Meio Ambiente – NIMA – por meio do qual já se tratava de Legislação, Educação e Preservação Ambiental, sob a liderança dos Professores Josafá Carlos de Siqueira SJ (Departamento de Geografia e Meio Ambiente) e Fernando Walcacer (Departamento de Direito). Faltava ao NIMA – e à PUC-Rio – uma estrutura formal para refletir sobre as práticas da própria Universidade relativas à sustentabilidade socioambiental.

A exigência imposta pela CAPES de que a proposta do Programa de Doutorado apresentasse uma novidade temático-conceitual – como forma de diferenciá-lo dos demais PPGSSs em funcionamento nas universidades do Rio de Janeiro – constituiu o caminho de entrada na PUC-Rio – e na área do Serviço Social no Brasil – dessa temática, que não apenas fazia sentido naquele momento, mas que também – e principalmente – já contava com um acervo de exitosas atividades de extensão acumuladas por mais de uma década na Graduação em Serviço Social da PUC-Rio, sob a liderança da professora Luiza Helena Nunes Ermel.

Assim foi criada a linha de pesquisa inicialmente intitulada “Questões socioambientais, estudos culturais e desenvolvimento sustentável”, sob a coordenação dos Professores Denise Pini Rosalem da Fonseca e Josafá Carlos de Siqueira SJ.

A articulação do tema do desenvolvimento econômico com os estudos culturais nasceu da necessidade de fundamentar a própria definição do que seria “desenvolvimento sustentável” a partir de valores – éticos e culturais – alinhados com a superação das “desigualdades” – sociais e econômicas – sobre as quais a Agenda 21 falava no Capítulo 5.

Um dos primeiros e únicos pensadores do tema do desenvolvimento econômico a colocar a sua discussão em termos culturais foi Celso Furtado (1984). Para ele, o conjunto das características de uma sociedade, suas interações sociais, suas instituições, seus valores, a maneira como ela constrói e transmite conheci-

mentos e a forma como os representa — em uma palavra: a sua cultura — é o que define a sua visão de desenvolvimento e o que condiciona — positiva ou negativamente — a sua consecução (FONSECA, 2005, p. 1).

Esta discussão se aprofundaria mundialmente a partir do término da Conferência de Johanesburgo, e o termo “desenvolvimento sustentável” logo daria vez ao menos paradoxal “sustentabilidade”.

A partir de 2003, com a constituição inédita de Secretarias de Estado, tais como a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SEPM) – ambas com status de Ministérios e ligadas diretamente à Presidência da República – começaram a ser desenvolvidas políticas públicas voltadas para pautas históricas dos movimentos de resistência racial e de gênero no Brasil, tais como as ações afirmativas de inclusão de estudantes negros e pobres nas universidades brasileiras e as políticas de reconhecimento e proteção de mulheres e populações em situação de vulnerabilidade.

A PUC-Rio, por meio da ação social desenvolvida pela Vice-Reitoria para Assuntos Comunitários, sob a liderança do então Reitor Jesús Hortal SJ e do Professor Augusto Sampaio, desde 1993 já vinha implementando um programa pioneiro no Brasil de ações afirmativas a partir de uma parceria com o Pré-vestibular para Negros e Carentes – PVNC, e posteriormente com a ONG Educafro, sob a liderança de Frei David Santos, em cujo processo a Graduação do Departamento de Serviço Social estava visceralmente envolvida. As práticas concretas de busca de superação de históricas desigualdades socioeconômicas já estavam em curso na PUC-Rio e o ambiente político nacional favorecia o seu aprofundamento e ampliação. Faltava colocá-las sob a lente da pesquisa acadêmica na própria Universidade.

Estava dada a pauta para as pesquisas de Mestrado e Doutorado que floresceram rapidamente no PPGSS a partir de 2003, com foco em formas de resistência social de populações historicamente subalternizadas, invisibilizadas ou mesmo sistematicamente violentadas. Embora

inovadores para a área do Serviço Social, tais temas eram muito pertinentes à dita “Questão Social” – segundo definida pelo paradigma do materialismo-dialético à época da chamada “Reconceituação” da área no Brasil. A “Questão Social” é definidora da “Área de concentração” do PPGSS da PUC-Rio, desde a sua constituição na década de 1970.

A primeira Tese de Doutorado defendida no programa em 2007, do sociólogo Reinaldo da Silva Guimarães sobre as ações afirmativas – ele mesmo homem negro, proveniente do PVNC e bolsista funcionário da PUC-Rio – dava conta de cerca de mil estudantes bolsistas graduados pela PUC-Rio até 1999 – anteriormente à promulgação da polêmica Lei das Cotas (2003) – dos quais mais de 80% eram jovens negros provenientes dos subúrbios e favelas da cidade do Rio de Janeiro, ou dos municípios da Baixada Fluminense.

Em uma década de reflexão sistemática, na linha de pesquisa que passou a se chamar “Questões socioambientais, urbanas e formas de resistência social” – para expressar seus conteúdos mais adequadamente – foram defendidas quatro Teses de Doutorado e seis Dissertações de Mestrado sobre população negra, inclusão e políticas sociais.

Em paralelo, surgiram estudos na interseccionalidade de resistência territorial, de racial e gênero, com forte ênfase no constructo teórico “Mulher Negra” para tratar das perversas articulações de estigmas sociais, econômicos, raciais e de gênero.

Sobre essa temática, foram produzidas três Teses de Doutorado e dez Dissertações de Mestrado. A força dessa reflexão, que foi conduzida quase que exclusivamente por jovens mulheres negras – provenientes das áreas das Ciências Humanas e Sociais e Sociais Aplicadas – ensejou a publicação do livro *Outras mulheres: mulheres negras brasileiras* ao final da primeira década do século XXI (Fonseca & Lima, 2012), do qual participaram oito estudantes do PPGSS/PUC-Rio.

A abertura da linha de pesquisa para novas epistemologias, para outras bases documentais e bibliografias e a utilização dos recursos metodológicos da História Oral e de Antropologia Cultural, propicia-

ram o aparecimento de outras temáticas relativas a populações silenciadas ou sistematicamente violentadas, tais como:

- moradores das favelas do Rio de Janeiro em face da prevalência de uma política de segurança policial e violenta;
- populações ameaçadas de remoção de áreas urbanas em processo de gentrificação;
- jovens indígenas vivendo em espaços urbanos e suas exclusões;
- literaturas não-canônicas como ferramentas de resistência social;
- memória social como forma de construção de identidade comunitária;
- lixo urbano, trabalhadores e suas exclusões;
- sindicalismo rural em áreas indígenas;
- educação ambiental para a construção de pertença comunitária;
- religiões de matrizes africanas, intolerância religiosa e perseguição política etc.

Neste feixe de temas, que se abrigaram sob o guarda-chuva da resistência social, foram supervisionados três trabalhos de Pós-Doutorado; defendidas quatro Teses de Doutorado e produzidas 14 Dissertações de Mestrado.

Ao instituir formalmente uma linha sustentada pela pesquisa e extensão no campo socioambiental, o PPGSS conquistou uma Bolsa de Pesquisador CNPq com a temática “Feminização do poder” (2004-2014), para explorar a relação entre mulher e poder nas favelas do Rio de Janeiro.

Dada a natureza interdisciplinar desta linha de pesquisa – e os nexos construídos com lideranças de diversos setores dos movimentos sociais – as pesquisas dos corpos docente e discente abrigadas por essa linha passaram a ser articuladas por meio de

unidades complementares da PUC-Rio, para realizar projetos em parceria com outras áreas disciplinares e envolvendo lideranças de redes identitárias ou comunitárias.

Por meio da área de sustentabilidade socioambiental do NIMA, foram realizados projetos de pesquisa, tais como:

- Projeto de Educação Ambiental: Formação de um voluntariado ecológico na Comunidade do Camorim, bairro popular da Zona Oeste do Rio de Janeiro (2002–2003). Esse projeto mereceu o Prêmio Antônio Pedro de Alcântara, edição de 2003, concedido pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro, na categoria “Educação Patrimonial”. Desse projeto de extensão surgiu o videodocumentário Projeto de Educação Ambiental (ACUCA, 2003).
- Desenvolvimento sustentável: Uma aproximação do conceito na Pontifícia Universidade (2002–2012). Para pautar tal reflexão, em 2002 foram publicados Meio Ambiente, Cultura e Desenvolvimento Sustentável (FONSECA & SIQUEIRA, 2002) e Sobre as águas... Desafios e perspectivas (FONSECA & SIQUEIRA, 2004).
- A construção de uma cidadania ambiental em Vila Canoas a partir da identidade cultural local (2005). Esse projeto ensejou uma parceria com o Decanato de Ciências Médicas, que coordena a Escola Médica de Pós-graduação da PUC-Rio. Desta, resultou o projeto de extensão Preservação e promoção da saúde da mulher (2012), um esforço de rastreamento radiológico de câncer de mama em Vila Canoas, que alcançou 500 moradoras da comunidade.
- Feminização do poder: um estudo das recentes transformações de conteúdos e práticas políticas comunitárias em Vila Canoas (2008–2014), dentre outros.

Ao final de 2002 a linha de pesquisa – a convite da Vice-reitoria para Assuntos Acadêmicos – coordenou a realização do evento Resistência e Inclusão, em parceria com o Consulado Geral dos Estados

Unidos no Rio de Janeiro e com a Library of Congress. Esse evento – que congregou mais de 40 intelectuais e lideranças dos movimentos de resistência racial do Brasil e dos Estados Unidos – propiciou a formalização da reflexão sobre relações raciais na PUC-Rio.

Nascido como um spin off do NIMA, o Núcleo Interdisciplinar de Reflexão e Memória Afrodescendente – NIREMA, criado em 2003, representou o estabelecimento de uma dimensão institucional da PUC-Rio para o desenvolvimento de projetos robustos de pesquisa e extensão – sob a liderança da linha de pesquisa do PPGSS – em parceria com outras áreas disciplinares. Naquele mesmo ano foi publicado o livro *Resistência e Inclusão. História, cultura, educação e cidadania afrodescendentes*, que foi:

... um dos primeiros resultados dos esforços de organização empreendidos na PUC-Rio, para contribuir com uma permanente interlocução entre Universidade e Sociedade, através da criação de uma rede identitária, material e virtual, que venha a se estabelecer com a consolidação do (...) NIREMA... (FONSECA, 2003, contracapa).

Em 2003, com a chegada ao Planalto de um projeto político construído sobre os ombros dos movimentos sociais, o interesse pelos temas de pesquisa e extensão, que constituíam pautas históricas desses movimentos, ganharam a atenção das agências de fomento. Assim, as redes identitárias começaram a dispor de novos espaços de organização e recursos para a ação. Nesse contexto, o recém-criado NIREMA/PUC-Rio se apresentou como uma retomada histórica dos Neabs (Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros), que foram de grande importância para o movimento de resistência racial no Rio de Janeiro ao menos quatro décadas antes.

O esforço de construção de uma rede de lideranças religiosas das casas de religiões de matrizes africanas – em luta por reconhecimento e respeito, e contra a crescente ofensiva de intolerância religiosa – encontrou no NIREMA um espaço de acolhimento e articulação. Ali se

deram muitas das importantes negociações no Rio de Janeiro para a definição de agendas de trabalho; o estabelecimento da nomenclatura identitária a ser utilizada pelo próprio movimento, e o desenho das pautas de pesquisa e ação que aquela poderosa rede de lideranças religiosas desejava desenvolver, com apoio do governo federal.

Em um gesto de generosa confiança na epistemologia da linha de pesquisa do PPGSS, a condução acadêmica foi oferecida pelo então denominado Conselho Griot – sob as lideranças seguras de Mãe Beata de Iyemonjá (Candomblé) e Pai Pedro Miranda (Umbanda) – aos Programas de Pós-graduação dos Departamentos de Serviço Social e de Ciências Sociais da PUC-Rio.

Em 2007 foi publicado o livro *Caminhos de Luz: Apostolados afro-descendentes no Brasil* (Fonseca & Lima, 2007) trazendo 12 testemunhos de fé de distintas religiões afrodescendentes. O livro apresenta um conjunto de:

... testemunhos pessoais que implicam total identidade de quem fala com o conteúdo expresso. Seus autores conseguem levar o leitor a um mundo desconhecido, embora muito perto de nós. (...) As culturas e as religiões só podem ser realmente conhecidas por aqueles que se situam dentro de seu horizonte próprio de compreensão (...) Os relatos apresentados nesta obra deixam entrever outra escala de valores (...) deve-se reconhecer o valor desta perspectiva (Mário França SJ, Professor do Departamento de Teologia da PUC-Rio (Prefácio apud FONSECA & LIMA, 2007. pp. 9-10).

Em seguida começaram a entrar nas Graduações de ambos os Departamentos – como beneficiários das bolsas de ação afirmativa da PUC-Rio – estudantes confessadamente adeptos das religiões de matrizes africanas em busca de titulação para atuar como promotores da aplicação de políticas públicas para essas casas de religião (tais como a LOAS, por exemplo), ou para atuar como lideranças qualificadas na luta pela representação política desse segmento social e suas pautas.

A partir de 2008, esse movimento de articulação política conseguiu a aprovação de uma Emenda Parlamentar para a alocação histórica de recursos junto à SEPPIR para a realização da Pesquisa de Mapeamento das Casas de Religiões de Matrizes Africanas do Rio de Janeiro (2008-2011), sob a coordenação das Professoras Denise Pini Rosalem da Fonseca e Sônia Maria Giacomini.

Em seus primórdios, os mapas eram ficção, percepção do mundo por meio dos mitos. Seu posterior desenvolvimento fez com que se passasse de uma geografia do imaginário para geografias utilitárias do espaço material. Mapear terreiros, hoje, implica “re-encantar a cartografia” (VIANNA JR., 2009: 36-37), em especializar uma negritude que se encontra na estrutura dos sonhos, no modo de sonhar (MARTINS, 2008) e que se esforça em acordar para a invenção de novos mundos e novas sociedades (ACSE-RALD, Professor de Geografia da UFRJ (Apresentação apud FONSECA & GIACOMINI, 2013, p. 23).

Tal esforço implicou no envolvimento direto de mais de 20 lideranças religiosas de distintas denominações afrodescendentes; mais de 40 estudantes bolsistas pesquisadores de campo; toda a estrutura de mapeamento digital do NIMA; toda a estrutura acadêmica e organizacional do NIREMA e – mais importante – cerca de 1.100 casa de religiões de matrizes africanas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Além disso, dessa pesquisa derivaram incontáveis Trabalhos de Conclusão de Curso e projetos individuais de Iniciação Científica dos Departamentos de Serviço Social, Ciências Sociais, Geografia, Design, História e Educação.

Os subprodutos do Mapeamento de Terreiros – como a pesquisa – ficou conhecida – foram de distintas ordens, e todas de grande importância para a linha do PPGSS. No contexto da realização do Censo Populacional Brasileiro de 2010, as lideranças religiosas mobilizadas na pesquisa do Mapeamento de Terreiros articularam no Rio de Janeiro a Campanha “Quem é de Axé diz que é”. O movimento tinha por premissa que os adeptos do Candomblé e Umbanda precisavam sair da invisibili-

zação voluntária por meio da qual historicamente se defendiam da intolerância religiosa para – ao engrossar as estatísticas – serem capazes de advogar por políticas públicas de reconhecimento e proteção. Embora do ponto de vista numérico o percentual tenha expressado apenas um pequeno aumento, a Campanha de conscientização empreendida pelos terreiros criou bases para outras estratégias de ação.

Em 2009 estudantes participantes dessa pesquisa e egressos da PUC-Rio lideraram a criação da Superintendência de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos do Governo do Estado do Rio de Janeiro – SuperDir/SEASDH.

Logo a seguir, na SuperDir foi criado o Centro de Referência de Combate à Intolerância Religiosa, sendo seu primeiro coordenador o sociólogo Adailton Moreira, egresso da PUC-Rio, monitor da pesquisa de campo e Babaegbè do Ilê Omi Ojuarô. Esse Centro constituiu o primeiro aparelho público de monitoramento e combate à intolerância religiosa do Brasil. Compunham o Conselho daquele Centro as mesmas 20 lideranças religiosas do Conselho Griot da pesquisa desde 2003.

Criamos, em dezembro de 2011, o Grupo de Trabalho Para Enfrentamento à Intolerância Religiosa, que conta com representações de 20 credos religiosos, além de instituições de Direitos Humanos de diversas secretarias estaduais e estudiosos no tema (...) Seremos parceiros da PUC-RJ neste projeto muito nos alegra e nos convoca para continuar trabalhando em prol de uma gestão pública que promova liberdade, a pluralidade e os direitos humanos, ouvindo sempre a sociedade civil, assim somando forças, por uma agenda da diversidade religiosa (Rodrigo Neves Barreto, Secretário de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro (apud MULHOLAND & PIRES, 2012, p. 5).

Em 2012, o Núcleo de Estudos Constitucionais do Departamento de Direito da PUC-Rio, em parceria com a Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos e a SuperDir publicou a Cartilha para a Legalização de Casas Religiosas de Matriz Africana (PUC-Rio, Super-

Dir/SEASDH, 2012). A primeira e única ferramenta como tal jamais produzida para este público no Brasil.

Em 2013 foi realizada a apresentação pública dos achados da pesquisa do Mapeamento de Terreiros. Neste contexto foram apresentadas duas publicações decorrentes desse trabalho:

Dedicado aos professores da Educação Básica brasileira – no bojo do que determina a Lei 10.639/2003, que obriga o ensino de História e Cultura Africana e Afro- Brasileira – foi publicado o caderno de atividades intitulado Cartografia Social de Terreiros no Rio de Janeiro. O objetivo desta publicação era deixar ver que:

A cartografia social possui a capacidade de garantir a inclusão, o reconhecimento, e a transparência nos processos sociais, por ser uma técnica capaz de elucidar conhecimentos e criar meios que permitam que diferentes vozes e sistemas culturais dialoguem (REGO; FONSECA & GIACOMINI, 2014, p. 4).

O livro Presença do Axé: Mapeando terreiros no Rio de Janeiro foi publicado ao final de 2013. Esse livro, que apresenta dados estatísticos e análises qualitativas sobre o campo pesquisado, possui três Prefácios, cada um deles expressando uma dimensão religiosa das muitas pertencas que essa pesquisa mobilizou. As sinergias – de saberes e epistemologias – que emanam da leitura superposta dessas três percepções, sintetizam o “espírito” – o ânimo, a intenção que emana – da linha de pesquisa Questões socioambientais, urbanas e formas de resistência social.

Creio que a pesquisa é somente o primeiro passo para outras iniciativas que buscam trazer à tona o universo de preconceito e discriminação que nossas religiões de origem africana passam até os dias de hoje, fruto da ignorância de um país que nega a sua própria história, invisibilizando as ações que estas casas religiosas desenvolvem em seu meio, desempenhando muitas vezes o papel que deveria ser do Estado, dando sustentabilidade a sua população com políticas públicas verdadeiras para salvaguardar

os direitos de seus cidadãos e cidadãs (Mãe Beata de Iyemonjá, Ilê Omi Ojuarô apud FONSECA & GIACOMINI, 2013, p. 12).

Foi desenvolvido um amplo trabalho de pesquisa sobre a localização dos Templos Umbandistas e sobre a sua ação social. Alcançou-se a realidade da discriminação de ordem religiosa vivida e sentida por centenas de irmãos e irmãs que trilharam, no exercício do livre arbítrio, o caminho da Umbanda (Pai Pedro Miranda, União Espiritualista da Umbanda do Brasil apud FONSECA & GIACOMINI, 2013, p. 16).

A seriedade e o rigor acadêmico acompanharam sempre este mapeamento. (...) A nossa responsabilidade social não podia ignorar as perseguições e injustiças que esses terreiros sofrem por parte de grupos e movimentos (...) que discriminam e até os perseguem pelas suas origens africanas e/ou pelas suas tradições religiosas. (...) Espero que (...) este trabalho (...) possa inspirar outros que coloquem em evidência, não apenas a nossa seriedade científica, mas também os princípios e valores que deveriam inspirar o trabalho e a vida da nossa Universidade (Francisco Ivern SJ, Vice-reitor da PUC-Rio apud FONSECA & GIACOMINI, 2013, p. 18).

Questões socioambientais, urbanas e formas de resistência social: as novas pesquisas e suas perspectivas

Desde 2010 a linha de pesquisa passou a ser denominada: **Questões socioambientais, urbanas e formas de resistência social**, e diante da nova proposta elaborada a partir da revisão realizada no currículo do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – PPGSS as pesquisas desenvolvidas, tanto por parte dos docentes, como pelos discentes, intensificaram a discussão sobre temáticas a partir de uma reflexão histórica com perspectiva de intervenção social e ênfase nos aspectos urbanos e socioambientais, relacionado aos temas: meio ambiente, cidade e expressões de movimentos de resistência social.

Os docentes integrantes da linha, vêm buscando ampliar os horizontes de reflexões sobre a cidade, incorporando os desafios contem-

porâneos da construção da cidadania, decorrentes das mudanças e continuidades da ordem socioespacial e institucional das metrópoles brasileiras. Com base na percepção de que a mobilização política deve implicar estratégias de resistência social que sejam capazes de enfrentar a distribuição desigual das ameaças ambientais, do ponto de vista das formas atuais de resistência social, destacando aquelas ligadas às relações de gênero e raciais.

A linha de pesquisa tem três grupos cadastrados no diretório do CNPq, a saber:

Laboratório de Estudos Urbanos e Socioambientais – LEUS

As pesquisas desenvolvidas tanto pelos docentes líderes dos grupos, como pelos seus discentes, procuram abordar dentro de uma reflexão interdisciplinar e com ênfase na perspectiva histórica, as diferentes questões sociais urbanas, sobretudo aquelas de cunho socioambiental. Entre os temas trabalhados estão: cidadania, espaço público e participação, segregação socioespacial, desigualdades socioambientais, movimentos sociais urbanos e políticas de habitação popular, inclusive no âmbito do grupo, já está consolidada a formação de redes internacionais.

Grupo Interdisciplinar de Pesquisas e Estudos Socioambientais e Comunitárias – GRIPES

As pesquisas desenvolvidas são nas áreas socioambientais e comunitárias, com foco na discussão e análise de políticas públicas, em especial as voltadas para gestão de resíduos sólidos, saneamento básico, recursos hídricos, entre outras áreas que impactam o desenvolvimento da vida comunitária, sobretudo, a dos sujeitos partícipes dessas políticas, a saber: catadores de materiais recicláveis, população residentes em comunidade pobres, grupos de populações tradicionais, e representações da sociedade civil. E assim buscando analisar os impactos das precarizações dessas políticas no contexto comunitário, na

busca de construir bases teóricas metodológicas e disseminá-las por meio de produções acadêmicas que sirvam de subsídios para novos estudos, bem como de referência para pesquisadores e estudiosos em relação às temáticas a fim de desenvolvimento local e sustentável.

Grupo de pesquisa Políticas de Ação Afirmativa e Reconhecimento – GPPAR

As pesquisas desenvolvidas têm uma abordagem numa perspectiva interdisciplinar, centradas em questões referentes às ações afirmativas que vêm se constituindo no Brasil como um novo modelo de política pública e privada, especialmente no campo da educação superior e no mercado de trabalho. A principal finalidade do grupo é pesquisar questões referentes às políticas de reconhecimento e ações afirmativas, suas formas de constituição e implementação e os impactos na vida dos beneficiários e das instituições.

Registra-se, também, a participação de docentes, discentes e egressos do PPGSS na Comissão de Direito à Cidade, do CRESS-RJ, que se dá por meio de debates promovidos nos encontros mensais, na organização de eventos, em realização de palestras, assim como na construção de propostas de discussão teórico-prática com o grupo participante. O objetivo da comissão consiste em debater conteúdos relacionados às questões urbanas e socioambientais e seus impactos tanto no contexto social, quanto no processo de intervenção do Serviço Social. Assim, são discutidos assuntos como: Direito de habitar, impactos das remoções na vida dos favelados, Regularização Fundiária, Mobilização Popular, Movimentos Sociais, Justiça Ambiental, Racismo Ambiental, Desastres Ambientais, Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Trabalho com Catadores de Materiais Recicláveis, entre outras temáticas afins.

Considera-se relevante enfocar que, desde 2010, dois docentes integrantes da linha de pesquisa, compõem o corpo docente do Mestrado Profissional em Engenharia Urbana e Ambiental sediado na PU-

C-Rio, curso com dupla titulação, reconhecido no Brasil pela CAPES e na Alemanha pela ASIIN (Accreditation Agency Specialized in Accrediting Degree Programs in Engineering, Informatics, the Natural Sciences and Mathematics), em parceria com o Departamento de Engenharia Civil e Ambiental da PUC-Rio e a Technische Universität Carolo-Wilhelmina Zu Braunschweig (Alemanha), e são responsáveis por ministrarem aulas no módulo Administração e Sociologia, nos quais fazem uma discussão a respeito da política urbana e socioambiental.

Uma outra frente relevante que evidencia as novas perspectivas da linha de pesquisa no trabalho de interface com o contexto comunitário, foi a criação do projeto **Movimento seja Vivo**, fundado pela iniciativa dos coordenadores e alunos dos grupos de pesquisas - LEUS/PUC-Rio em parceria com GEASUR/UNIRIO que tem como objetivo reunir profissionais que possam doar seu tempo e conhecimentos para produzir material de divulgação sobre o novo Coronavírus para difusão nas favelas e periferias. Nesse contexto, criou-se o **podcast Seja Vivo** para trazer informações de qualidade, com bate-papos com técnicos, pesquisadores e lideranças para pensar como nos prevenir e como refletir iniciativas e políticas públicas para enfrentar a pandemia e já pensar a nossa sociedade no pós-Covid 19. O projeto vem também trabalhando com a formação de iniciativas de informação nas favelas, como elaboração de folhetos, folders, utilização de carros de som dentre outras ferramentas de fácil acesso da população.

Outro projeto ligado a linha de pesquisa e que merece destaque, é o denominado: **Do meu Lixo Cuido Eu** realizado no período dos festejos carnavalescos, sobretudo, no Sambódromo, pois o evento concentra cerca de quase cem mil pessoas, por noite de desfile, e em cumprimento do art.7º da Política Nacional de Resíduos Sólidos do princípio poluidor - pagador, aliado ao que prevê o Acordo Setorial, propicia a participação de catadores e catadoras de materiais recicláveis no processo de coleta seletiva, tanto nos ensaios técnicos, como nos dias de desfiles das Escolas do Grupo A e as do Grupo Especial, e também no

sábado do desfile das campeãs, garantindo além de ações ambientalmente correta na destinação dos resíduos, a abertura de postos de trabalho na perspectiva da inclusão sócio-produtiva desses trabalhadores.

Na direção da internacionalização, a linha de pesquisa e os docentes integrantes têm trabalhado em projetos e na organização de seminários, cursos, entre outras atividades acadêmicas que vem propiciando ampliação das redes de estudos e pesquisas, permitindo ampliar o processo de internacionalização, abrindo caminhos para novos estudos, assim como favorecendo o intercâmbio de discentes e docentes pesquisadores da temática urbana e socioambiental, a saber:

A cidade informal no século 20: política urbana e administração de populações

O projeto trabalha a história dos bairros informais ao longo do século XX sobre o ângulo das formas de tratamento da questão pelos poderes públicos. O foco se volta para a construção jurídica e administrativa das categorias da cidade informal (favelas, bidonvilles, barriadas, townships...) e para os modos de administração das pessoas que ali residem. Consiste em uma pesquisa comparativa e colaborativa, estudando a emergência dos bairros informais em várias metrópoles do mundo a partir de um protocolo de pesquisa, que é seguido pelos participantes do projeto e apresentado em dois seminários anuais abertos e em reuniões fechadas de trabalho da equipe. O projeto está sendo desenvolvido com as seguintes instituições: Universitat di Macerata (Itália); Université de Paris 1 (França); CNRS (França); Universidad de Santiago (Chile); Pontificia Universidad Javeriana de Cali (Colombia); Leeds University (Reino Unido); Chicago University (EUA); Universidad Nacional Autónoma de México; Université Paris 8. A interação futura planejada é com: Universidad Nacional de General Sarmiento (Argentina); Universidad Nacional Autónoma de Monterrey (México); Universidad Nacional de Avellaneda (Argentina); Universidad de San Marco (Peru); The City University of New York (EUA).

O projeto investiga a formação sistêmica da comunicação de massa na América Latina, incluindo as tendências recentes no âmbito das mídias digitais; explora os desenvolvimentos políticos históricos e contemporâneos dos países latino-americanos e suas relações com a mídia; e ainda desenvolve parcerias e análises conjuntas com outros pesquisadores e centros de pesquisa na região. Intenciona também aprofundar as reflexões sobre as atividades do Centro Interamericano de Habitação e Planejamento – CINVA na Colômbia e no Brasil nas décadas de 1950 e 1960. Josefina Albano trabalhou no CINVA e seus arquivos contêm fotos e documentos sobre seu trabalho no bairro. Siloé de Cali. Este trabalho será realizado em colaboração com o Museu Popular de Siloé, no âmbito da organização de uma exposição sobre o desempenho do CINVA na cidade, especificamente nas áreas da cordilheira dos Andes, na fronteira com Cali.

Registra-se a parceria com a Universidad Nacional Agraria de La Molina – Peru, com o Grupo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas Socioambientais e Comunitárias – GRIPES, na organização de congressos e cursos, podendo dar destaque a realização no ano de 2021 do **1º Congreso Internacional Virtual de Manejo de Resíduos Sólidos de implicância mundial en tempos de Covid 19**, o que oportunizou a troca de experiências com outros docentes e discentes latino-americanos. O evento contou com cerca de 480 participantes entre docentes, discentes, pesquisadores do Peru, Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai, México, Alemanha e Áustria. Marcando a atuação da linha de pesquisa e do PPGSS, como uma das estratégias para alcançar maior consolidação de uma posição de destaque no cenário internacional.

E também do **Curso da Capacitación Manejo de Resíduos Sólidos em tempos del Covid 19**, ofertado pela Universidad La Molina para a Municipalidad Provincial de Chanchamayo – Peru para servidores públicos. Registra-se a participação de docente do PPGSS que ministrou aula: **“Estrategias de sobrevivencia dos catadores no Brasil diante da Covid 19”**, conforme certificado anexado na ficha de produção intelectual.

Figura 1: Nuvens de palavras-chave



Considerações Finais

Traçar a trajetória das ações do Departamento de Serviço Social na construção de ações na área socioambiental, apontando sua gênese, o desenvolvimento e as perspectivas para a construção deste texto, se constituiu como uma tarefa árdua, considerando que inúmeras atividades acadêmicas foram desenvolvidas ao longo de décadas, internas e externas, na busca da construção de bases teóricas e metodológicas, visando a formação crítica do corpo discente, e na interface com a população por meio do apoio às ações comunitárias desenvolvidas nas atividades de extensão, que permanentemente subsidiasse novos estudos, assim como de forma sistemática, se constituísse como referência para pesquisadores, docentes e estudiosos interessados em temáticas socioambientais, urbanas e formas de resistência social, sobretudo aqueles que buscam ampliar os horizontes de reflexão sobre a cidade, incorporando os desafios contemporâneos da construção da cidadania, decorrentes das mudanças e continuidades da ordem socioespacial e institucional das metrópoles brasileiras.

Somos sabedoras que alguns projetos e atividades não foram descritos na íntegra no texto, mas de forma geral, foi possível demonstrar o compromisso e o caráter inovador, empreendido pelo corpo docente tanto na formação de discentes na área de Serviço Social como em ações interdepartamentais e interdisciplinares na busca da construção crítica a respeito da questão socioambiental, urbana e formas de resistência social.

As perspectivas nos apontam para um caminho promissor na construção e fortalecimento de parcerias nacionais e internacionais realizadas por meio dos convênios e cooperação técnicas celebrados com a Universidade, a partir da articulação dos docentes ligados a linha de pesquisa, que possibilitam a ampliação da rede de pesquisadores, bem como o intercâmbio de docentes e discentes oportunizando a disseminação de estratégias e metodologias de difusão de conheci-

mentos referentes às temáticas trabalhadas tanto no contexto do Serviço Social como no contexto da interdisciplinaridade.

Os projetos e estudos realizados a partir dos docentes e discentes, demonstram a relevância que vem sendo dada as temáticas trabalhadas nos últimos cinco anos, pela linha de pesquisa, sobretudo considerando que o século XXI acena para emergência do mundo, na busca de práticas sustentáveis, considerando que cada vez mais enfrentamos problemas da ordem urbana e ambiental, e que uma série de desafios relacionados ao ambiente precisarão ser superados de forma adequada, pois na medida em que avançamos no contexto econômico, tecnológico, urbano, cultural dentre outros, comprometemos a vida humana e dos outros seres; em função das crises alavancadas na escalada do desmatamento das florestas, da intensificação das queimadas, assim como na distribuição desigual da água, dos desastres ambientais, tratamento inadequado dos resíduos sólidos, edificações em áreas preservadas, desordenamento urbano, dentre outras ações indevidas na ordem ambiental.

Referências

ACUCA – Associação Cultural do Camorim, *Projeto de Educação Ambiental*. Vídeo Documentário (15'35"), 2003.

AMBIENTE BRASIL, Agenda 21 Brasileira, 2003.

FONSECA, D. P. R.; SIQUEIRA, J. C. (Orgs.), *Meio Ambiente, Cultura e Desenvolvimento Sustentável*. Rio de Janeiro: História y Vida, Sette Letras, 2002.

FONSECA, Denise P. R. (Org.) *Resistência e Inclusão*. História, cultura, educação e cidadania afrodescendentes. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Consulado dos Estados Unidos, Library of Congress, 2003.

FONSECA, D.P.R.; SIQUEIRA, J.C. (Orgs.), *Sobre as águas...* Desafios e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora da PUC-Rio; Letras & Ideias, 2004.

FONSECA, Denise P R, "Discutindo os Termos De Uma Equação De Congruência: Cultura e Desenvolvimento Sustentável". *Revista Em Debate* 01(2005), pp.11.

FONSECA, D. P. R.; LIMA, T. M. O. (Orgs.), *Caminhos de Luz: Apostolados afrodescendentes no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da PUC-Rio, 2007.

FONSECA, D.P.R.; LIMA, T.M.O. (Orgs.), *Outras Mulheres: Mulheres negras brasileiras ao final da primeira década do Século XXI*. Rio de Janeiro: Editora da PUC-Rio, 2012.

FONSECA, D. P. R.; GUIACOMINI, S. M. *Presença do Axé: Mapeando terreiros no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora da PUC-Rio; Editora Pallas, 2013.

FURTADO, Celso. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

GUIMARÃES, Reinaldo S. *Afrocidadanização: Processo por natureza, devir em concepção*. Rio de Janeiro: Editora Selo Negro, Summus, 2013.

MULHOLAND, C.; PIRES, T. *Cartilha para Legalização de Casas Religiosas de Matriz Africana*. Rio de Janeiro: Núcleo de Estudos Constitucionais PUC-Rio, SuperDir, Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos, 2012.

REGO, L.F.G.; FONSECA, D.P.R. & GIACOMIN, S.M., *Cartografia Social de Terreiros no Rio de Janeiro*. RIO DE JANEIRO: PUC-RIO, NIMA, 2014.

Notas

- 1 Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Professora do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio. Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Docente integrante da Linha de Pesquisa Questões Socioambientais, urbanas e formas de resistência social. Lider do Grupo de Pesquisa cadastrado no Diretório do CNPq – Grupo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas Socioambientais e Comunitários – GRIPES, Bolsista de Produtividade do CNPq e Pesquisadora apoiada pela FAPERJ – Jovem Cientista do Nosso Estado. ORCID ID 0000-0001-7412-0353.a
- 2 Mestre (1986) e Graduada em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Foi Professora do Departamento de Serviço Social, Ex-Diretora do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio. Desenvolve projetos de intervenção social voltados ao ensino – pesquisa – extensão, tendo como área temática de intervenção favelas e questões socioambientais. ORCID 0000-0002-4918-6331.
- 3 Doutora em História Econômica (USP, 1996) Arquiteta e Urbanista (UFRJ, 1979); Mestre em Latin American Studies (University of Houston, 1991). Foi Professora Associada da PUC-Rio (1993-2014), onde lecionou no Departamento de História e nos Programas de Pós-Graduação do Instituto de Relações Internacionais e dos Departamentos de Geografia e Serviço Social. Foi Diretora do Núcleo In-

terdisciplinar de Meio Ambiente – NIMA/PUC-Rio – e cofundadora do Núcleo Interdisciplinar de Reflexão e Memória Afrodescendente – NIREMA-PUC-RIO. Foi cofundadora da linha de pesquisa Questões socioambientais, urbanas e formas de resistência social do PPGDSS/PUC-Rio (CNPq). Atualmente é Diretora de Parole Consultoria. ORCID ID 0000-0002-8888-6605.

- 4 Diplomou-se em 1945 na Escola de Serviço Social da PUC do Rio de Janeiro, então o "Instituto Social". Seguiu vários cursos de especialização nos Estados Unidos e exerceu funções de chefia e assessoramento na Policlínica de Botafogo, no Hospital dos Servidores do Estado, no Departamento Nacional do SESC e na Caritas Brasileira. Em 1945, trabalhou na Alemanha, como Assistente Social da UNRRA, no programa de repatriamento dos deslocados; mais tarde, na Venezuela, assessorou o Consejo Venezolano Del Niño e colaborou, durante dois anos, com o Comitê d'Entente das Escolas de Serviço Social da França, ministrando cursos de "Introdução ao Serviço Social de Grupo", e com a Mutualité Agricole da França no treinamento de 25 assistentes sociais em Serviço Social de Grupo e de Comunidade. B.O.V. tem o título de Mestre em Serviço Social pela PUC/RJ, colabora com esta universidade na orientação de trabalhos práticos de Serviço Social e é professora do Curso de Mestrado em Serviço Social da UFRJ. – Fonte: História do serviço social: contribuição para a construção de sua teoria, 1980. Disponível em: <http://servicosocialmemorialbibliografico.blogspot.com/2014/03/biografia-balbina-otoni-vieira.html>
- 5 Maria Josephina Rabello Albano fez parte da primeira turma de Serviço Social criada no Brasil, pelo Instituto Social, em agosto de 1940. Morreu em 1995, deixando importante contribuição para o Serviço Social, no Brasil e na América Latina. Em 1996, o Conselho Regional de Serviço Social deu à sua biblioteca o nome da assistente social que foi a primeira presidente deste Conselho, entre 1963 e 1966. Disponível em: <https://www.cressrj.org.br/biblioteca/quem-foi-maria-josephina-rabello-albano/>
- 6 Assistente Social formada pelo Instituto Social da PUC do Rio de Janeiro. Foi Professora da PUC por 45 anos. Entrou para o serviço municipal trabalhando inicialmente no Departamento de Assistência Social. Em seguida, foi convidada por Carmen Portinho para fazer o recenseamento de todos os funcionários da PDF que trabalhavam no bairro de São Cristóvão. Realizou o mesmo trabalho para o Conjunto Paquetá, além de assessorar àqueles que solicitavam a Licença Proletária. Permaneceu no DHP até o seu final, sendo durante todo este período a responsável pelo Serviço Social do DHP que estava vinculado ao 4HP – Serviço de Administração. Após se aposentar do serviço público, trabalhou nas Indústrias Villares durante 20 anos. Atualmente trabalha na CBCIS, na cidade do Rio de Janeiro. Autora do Livro Possibilidades e Limites da Teoria do Serviço Social. Disponível em: <https://marcosocosta.wordpress.com/2010/12/24/entrevista-com-ana-augusta-de-almeida/>

- 7 Graduação em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio (1964) e Mestrado em Serviço Social pela PUC-Rio (1976). Livre-Docente em Serviço Social pela Universidade Gama Filho (1994). Professora associada da PUC-Rio com atuação na Vice-Reitoria de Assuntos Acadêmicos. Assessora de Ética em Pesquisa e Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa da PUC-Rio. Membro do Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Estadual de Diabetes e Endocrinologia Luiz Capriglioni. Fundadora e coordenadora do Grupo de Estudos "Diálogos com Hannah Arendt: Espaço Público e Política" na PUC-Rio. Ex-diretora do Departamento do Serviço Social da PUC-Rio e ex-coordenadora do Programa de Pós-Graduação e Pesquisa da PUC-Rio. Desenvolve estudos nos seguintes temas: serviço social, família, criança, adolescente, idoso, violência, direitos humanos e ética Disponível em: <https://www.escavador.com/sobre/3083718/ilda-lobes-rodrigues-da-silva>
- 8 Ambiente Brasil, Agenda 21 Brasileira, 2003.

